

NORDESTE DO BRASIL: ÁREAS DINÂMICAS EM MEIO À ESTAGNAÇÃO.

Autor: João Policarpo R. Lima

Professor Adjunto 4 do Departamento de Economia/PIMES da Universidade Federal de Pernambuco e pesquisador 1D do CNPq.

Ph. D. pela Universidade de Londres (University College London)

Email: jprlima@decon.ufpe.br .

Fone 55 - 81 - 2126 8380/8381 (ramal 230)

Resumo

Em meio a expectativas pessimistas, alguns fatores novos surgiram no cenário econômico do Nordeste nos anos 90 com a transferência de unidades industriais têxteis e de calçados e de uma montadora de automóveis para a Região, além da manutenção dos segmentos mais representativos da indústria de bens intermediários e com a expansão de pólos agro-industriais e de serviços. Assim, num contexto de menor crescimento no geral, a economia do Nordeste vem sustentando em alguns de seus sub-espacos uma tendência de manutenção do crescimento com alguns focos de dinamismo

O exame dessas áreas dinâmicas é o objeto deste trabalho. Com isso pretende-se realçar as repercussões diferenciadas e seletivas dos movimentos da acumulação capitalista em regiões menos desenvolvidas, como é o caso do Nordeste do Brasil. Tem-se assim um aprofundamento da heterogeneidade, também característica da economia nordestina, o que é, de resto, um traço geral de economias menos desenvolvidas. Note-se a influência do mercado externo e da globalização nesses pólos mais dinâmicos, o que de alguma forma apóia expectativas de alguma fragmentação nos sub-espacos regionais apontadas na literatura, embora em alguns deles já se possa perceber uma certa diversificação e interligação de atividades com outras da própria Região. A realidade nordestina apresenta fortes contrastes, com áreas de dinamismo ao lado de outras estagnadas, não sendo possível generalizar para o todo a apreciação muitas vezes difundida de estagnação e atraso.

1. Introdução

Ao longo dos anos 1990 a economia brasileira empreendeu fortes mudanças de rota e de estratégia, onde se incluem a abertura comercial, o encolhimento do Estado e das políticas intervencionistas, a estabilização de preços e a gradativa soberania dos conceitos de estabilidade com prioridade para as metas inflacionárias, mesmo que às custas de reduzidas taxas de crescimento. No plano regional observou-se a extinção dos órgãos de desenvolvimento regional (Sudene/Sudam) face aos questionamentos acerca da sua efetividade, bem como por acusações de mau uso dos recursos públicos envolvidos. Além disso, de forma um tanto compensatória, instaurou-se a chamada guerra fiscal por parte dos estados do Nordeste na tentativa de atrair novos empreendimentos, industriais principalmente. Afora isso, observou-se a mudança dos padrões tecnológicos e a capacidade diferenciada da economia do Nordeste de adaptação aos novos requerimentos de qualificação de mão-de-obra; bem como que os diferenciais de salários contribuíram para a atração de investimentos em indústrias mais utilizadoras de mão-de-obra,

A economia nordestina há muito apresenta disparidades expressivas em termos de renda per capita em relação à média do País. Apesar de dispor de quase 30% da população do Brasil (em 20% do território brasileiro), sua participação no PIB nacional não passava de cerca de 16,0% em 1998. Conseqüentemente, o PIB per capita do Nordeste em 1998 atingia apenas o patamar de 56,1% do respectivo PIB nacional. Além disso, a desvantagem no produto per capita é acrescida por uma distribuição de renda regional ainda pior que a média do país. Efetivamente, enquanto em 1997 o coeficiente de Gini era de 0,58 para o Brasil, no Nordeste chegava a 0,60 (no Sul era de 0,54) (SUDENE, 1999).

Esses indicadores, portanto, resumem uma situação econômica muito pouco satisfatória, em termos de renda per capita e de distribuição, mesmo se comparada com a também insatisfatória condição média da economia brasileira. Note-se também que as taxas de crescimento da economia brasileira e nordestina sofreram forte redução a partir dos anos 1980 (Tabela 1) e com isso reduzem-se as possibilidades de melhoria nos indicadores e na condição sócio-econômica da população.

Vale observar, porém, que alguns indicadores de desempenho da economia nordestina vêm, embora lentamente, apresentando melhoras. Nas últimas décadas a participação do PIB per capita do Nordeste no do Brasil cresceu de 41,8% para 56,1% entre 1960 e 1999. Isto resulta de um crescimento econômico relativamente mais rápido experimentado pela economia nordestina nas

últimas três décadas (Tabela 1), para o que muito concorreram as políticas regionais implementadas pela SUDENE a partir dos anos 1960.

TABELA 1 - TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DO PIB REAL DO BRASIL E REGIÃO NORDESTE – 1960-99

Período	Nordeste Taxa (%)	Brasil Taxa (%)
1960-70	3,5	6,1
1970-80	8,7	8,6
1980-90	3,3	1,6
1990-99(1)	3,0	2,5

Fontes: FGV/IBRE/DCS; IBGE/DPE/DCNA – Brasil
SUDENE/Contas Regionais – Nordeste. (1)Dados Preliminares

Na verdade, o crescimento no Nordeste nas últimas décadas foi mais intenso no setor terciário, onde se localizam quase dois terços do PIB regional. É também verdade que esse peso maior do setor serviços resulta de um conjunto bastante heterogêneo de atividades, onde estão presentes níveis diferentes de produtividade, muitas vezes dentro do mesmo segmento. Embora a heterogeneidade seja também característica das economias menos desenvolvidas, no caso do Nordeste, periferia da periferia, ela se acentua e se difunde com os processos de crescimento e modernização que atingem de forma parcial e bastante diferenciada espaços e segmentos produtivos regionais.

Nos últimos anos, com a abertura da economia brasileira à globalização e com a menor intervenção governamental, essas diferenciações tendem a se exacerbar. Num contexto de redução do crescimento, como tem sido o caso até aqui, pelo menos, torna-se mais difícil superar as limitações da base econômica. Apesar disso, em algumas áreas, em meio à relativa estagnação do todo regional, notam-se sinais evidentes de dinamismo em setores diversos que chamam a atenção dos analistas. Em geral, esses casos apresentam ligações com o mercado externo e abrangem tanto atividades agroindustriais como industriais ou de serviços. Ao longo deste trabalho as manifestações mais explícitas de vigor e crescimento serão visitadas com o objetivo de destacar sua natureza e os fatores que contribuíram para tal e as tendências em curso. Antes disso, contudo, façamos uma rápida incursão sobre o processo de integração da economia nordestina no espaço econômico do país, o que se ligou fortemente ao modelo de industrialização via substituição de importações que prevaleceu até os anos 1980 no Brasil.

2. Breve Recuperação da Integração Regional no Brasil

Ao longo de várias décadas a dinâmica econômica das regiões brasileiras, caracterizada pela diferenciação e hierarquização de espaços e atividades, foi marcada pela expansão industrial e suas ondas de investimento. Um dos momentos marcantes para a conformação do espaço econômico nacional foi o vivido na montagem da indústria pesada, após a segunda metade dos anos 1950. Contando com o suporte estratégico e decisivo do Estado, na montagem da infra-estrutura e na produção de bens intermediários, a indústria ampliou-se significativamente, tendo à frente os segmentos de bens duráveis, espraiando-se pela metal-mecânica, bens intermediários e bens de capital. A Região Metropolitana de São Paulo foi o seu espaço privilegiado. Deste processo, marcado pela acentuada concentração espacial, resultaram mudanças na regionalização produtiva associadas à formação e consolidação do mercado nacional.

Uma vez instalada a indústria pesada no Sudeste, particularmente em São Paulo, as regiões periféricas, num primeiro momento, experimentam e sofrem efeitos da concorrência de produtos industrializados. Depois, passam as mesmas a receber de forma gradativa transferências de capitais produtivos, que concorrem para ampliar as relações de trabalho típicas do capitalismo e para destruir segmentos e frações capitalistas não preparadas para conviver com tal situação. Com isso, em função da disponibilidade de recursos naturais e energéticos bem como de políticas de desenvolvimento regional, observa-se o espraiamento de investimentos na indústria, os quais levam a uma menor concentração, mas implicam também na ampliação de características regionais específicas, alinhadas brevemente a seguir.

Assim, ao longo das décadas de 1960 e 1970, especialmente nesta última, passa-se a observar no Brasil uma certa desconcentração de atividades industriais onde se forja uma integração complementar, com especializações significativas em alguns segmentos nas regiões Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste. “Entre outros exemplos, pode-se destacar o Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, e a Cloroquímica em Sergipe e Alagoas, além da indústria nordestina que cresceu sob a sombra dos incentivos fiscais; a siderurgia e papel-celulose no Espírito Santo e em Minas Gerais, além da automobilística nesse segundo; e a Zona Franca de Manaus e Carajás no Norte.” (Canuto, 2001: 107). Esse novo recorte da indústria com tendência à especialização também pode ser notado no Sul através da metal-mecânica mais dedicada à produção de equipamentos agrícolas, das indústrias de calçados e têxteis, principalmente, numa clara conexão com a base agropecuária ali desenvolvida.

No caso do Nordeste, a especialização atingiu níveis notáveis, tendo a indústria de bens intermediários, especialmente a química/petroquímica, ampliado muito seu peso na base industrial, secundada pelo segmento de não duráveis (Lima, 1998). Definia-se assim nesses dois segmentos, cuja dinâmica em última instância era dada pelos segmentos de bens de consumo duráveis e de capital localizados majoritariamente no Sudeste, o espaço da indústria nordestina, aberto no bojo da industrialização pesada e na integração econômica do País. Isso, levando em conta o modelo então adotado, onde a substituição de importações constituía o núcleo do dinamismo, a qual, por sua vez, repousava na manutenção de fortes barreiras às importações de produtos industrializados.

Nos anos 1980, assiste-se a uma lenta agonia do modelo de substituição de importações, onde a dívida externa, junto com sua manifestação interna, o elevado endividamento do setor público, levou à crise, principalmente, dos investimentos. Além disso, aspectos intrínsecos ao modelo substitutivo adotado (característica *rent-seeking behaviour* privilegiada em lugar do *efficiency-seeking behaviour*¹) terminam levando à mudanças de fundo no modelo, sintetizadas na abertura comercial e financeira. Para isso, obviamente, também concorreram fatores externos e tendências inerentes ao capitalismo a nível mundial sintetizadas na chamada globalização².

Os anos 1990, marcados pela abertura comercial e pelas reformas liberais, presenciaram transformações estruturais no modelo de desenvolvimento, afetando, principalmente, o padrão tecnológico, o papel do Estado, o nível absoluto e o coeficiente de importações, o mercado de trabalho e o volume de empregos gerados. No novo ambiente observam-se reestruturações produtivas em setores diversos da indústria que levaram à menor diversificação de segmentos e de linhas de produtos, não compensadas nos segmentos remanescentes.

Disso resultou uma estrutura produtiva com maior produtividade e mais competitiva, porém com maior participação de componentes importados, com menor volume de emprego e maior dependência tecnológica e do financiamento externo e elevado índice de desnacionalização. Do ponto de vista macroeconômico, tal modelo levou à maior vulnerabilidade em relação aos fluxos internacionais de capitais e a uma elevação exponencial da dívida pública interna, exigindo

¹ Em geral, o nível de eficiência e de avanço tecnológico foi pouco enfatizado na industrialização substitutiva em vista de fatos como os baixos salários vigentes, junto do excedente de mão-de-obra, e da elevada redução da concorrência via barreiras protecionistas. Assim, o comportamento rentista foi privilegiado e manteve-se reduzido o dinamismo tecnológico endógeno com baixo nível de competitividade externa. (Canuto, 2001).

² Vale lembrar que a crise externa e a crise fiscal a ela associada, praticamente inviabilizam a outra fonte de financiamento de investimentos, ou seja, o influxo de capital externo, além de deteriorar a infra-estrutura e as empresas estatais e provocar inflação explosiva. Os elevados juros vigentes exigidos para o financiamento da dívida pública, por sua vez, também levaram os investidores privados a preferirem manter ativos líquidos, reduzindo ao mínimo os investimentos produtivos.

elevados superávits primários para a continuidade de seu financiamento pelo setor privado. Além disso, observou-se o desmonte da capacidade de intervenção do Estado, a privatização e a desregulamentação de atividades econômicas. Com isso, aprofunda-se a fragilidade do Estado e este perde fôlego e capacidade de influir no desenvolvimento econômico como agente direto e indireto de investimentos.

No plano regional esses movimentos geraram ameaças, por exemplo, a possibilidade de destruição ou diminuição das especializações produtivas construídas enquanto vigorou a substituição de importações. No caso do Nordeste, a abertura econômica e o maior recurso a fornecedores externos levantaram dúvidas sobre a sobrevivência e expansão da indústria de bens intermediários, enquanto a perda de comando do Estado e das políticas regionais suscitou questionamentos sobre a continuidade de investimentos industriais nos segmentos de não-duráveis.

Tais preocupações já levaram à realização de alguns estudos e vários analistas têm-se perguntado sobre as tendências da desconcentração espacial. Com isso busca-se entender as repercussões do novo ambiente sobre a complementaridade inter-regional e sobre as próprias possibilidades de adensamento das malhas produtivas intra-região que eram esperadas nos desdobramentos do paradigma anterior. Algumas avaliações pessimistas vêm sendo divulgadas apontando para tendências de reconcentração produtiva no Sul/Sudeste (Diniz e Crocco, 1995), bem como para a possibilidade de fragmentação e retorno à maior articulação das regiões brasileiras com o resto do mundo e com a globalização (Araújo, 1997; Pacheco, 1998).

Apesar dessas expectativas pessimistas, alguns fatores novos surgiram no cenário regional com a transferência de unidades industriais têxteis e de calçados e de uma montadora de automóveis para o Nordeste, com a própria manutenção dos segmentos mais representativos da indústria de bens intermediários e com a expansão de pólos agro-industriais e de serviços. Assim, mesmo que num contexto de menor crescimento global, a economia do Nordeste vem sustentando em alguns de seus sub-espacos uma tendência de manutenção do crescimento com alguns “focos de dinamismo em grande parte responsáveis pelo desempenho relativamente positivo apresentado pelas atividades econômicas na região.” (Araújo, 2000) O exame dessas áreas, chamadas de “frentes de expansão” ou “pólos dinâmicos” será feito na seção seguinte. Com isso pretende-se realçar as repercussões diferenciadas e seletivas dos movimentos da acumulação capitalista em regiões menos desenvolvidas, como é o caso do Nordeste do Brasil.

3. As áreas dinâmicas do Nordeste

Conforme mencionado anteriormente, as áreas mais propícias ao crescimento no Nordeste estão, em geral associadas a estruturas econômicas que contaram com o suporte do Estado para se estabelecer e que têm parte significativa de sua dinâmica ligada ao mercado externo, embora mais recentemente algumas áreas tenham demonstrado dinamismo mais ligado a fatores endógenos. A seguir serão examinadas as mais relevantes dessas manifestações, com base em dados secundários sistematizados em fontes bibliográficas diferenciadas e em entrevistas feitas com algumas lideranças empresariais de algumas delas.

3.1 As áreas de fruticultura irrigada

A fruticultura irrigada tem se destacado como uma atividade de raro dinamismo no semi-árido nordestino. Por trás há um aparato formado por investimentos governamentais em perímetros irrigados e/ou estruturas de irrigação em alguns vales úmidos do sertão, ao lado da atração de capitais de empresas nacionais e internacionais junto com a presença de pequenos e médios produtores. O modelo de irrigação no semi-árido vem obtendo sucesso por juntar esses ingredientes com a produção de frutas de valor relativamente elevado, consumidas nos mercados nacional e internacional. Desse modelo resultam alguns pólos onde a fruticultura irrigada desponta como elemento dinâmico que articula uma cadeia produtiva, onde é forte a presença de insumos e equipamentos industriais e onde cada vez mais se sofisticam os requerimentos do pós-colheita, sendo a comercialização assumida por grandes distribuidores, entre os quais grandes redes de supermercados.

No Nordeste podem ser identificados alguns pólos de irrigação com maior expressão, estando entre eles os de Petrolina/Juazeiro, mais voltado para a produção de manga e uva; o de Mossoró/Açu no Rio Grande do Norte, onde se cultiva principalmente o melão; o do Norte de Minas Gerais (considerado Nordeste na Sudene) que produz banana e algumas outras culturas; em escala menor podem ser também citados os do Oeste Baiano, Uruçui/Gurguéia, Baixo Jaguaribe, Alto Piranhas e Sul de Sergipe. Embora essas áreas já tenham desenvolvido estruturas produtivas diferenciadas e significativas, os pólos de Petrolina/Juazeiro e Açu/Mossoró são os que geram maior nível de produção e que têm demonstrado o maior nível de dinamismo, já tendo maior tradição no cultivo de

frutas e uma inserção crescente nos mercados nacional e externo. Em virtude disso, aqui trataremos mais particularmente desses dois pólos.

- Pólo Petrolina/Juazeiro

A região do pólo Petrolina/Juazeiro situa-se na zona fisiográfica do Baixo Médio São Francisco e constitui-se num dos exemplos mais expressivos dos impactos modernizantes da irrigação no Nordeste, tendo atraído para a área atividades complementares à irrigação, além de outras ligadas à indústria e ao comércio³. O processo dinâmico da fruticultura irrigada na área foi deflagrado com a instalação pela Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do S. Francisco) de vários perímetros irrigados com investimentos significativos em infra-estrutura de canais de irrigação, desapropriação de terras, além de assistência técnica e administrativa aos colonos, que assumiram os lotes menores, em um modelo onde os lotes médios e grandes foram vendidos para empresas, que convivem sinergicamente com os pequenos produtores.

Tabela 1 - Brasil, Estados selecionados, Municípios do Vale do São Francisco: Uva – Quantidade Produzida (t)

Brasil, Região Geográfica, Unidade da Federação e Município	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002
Brasil	804.774	800.112	807.520	684.902	774.352	1.024.482	1.148.648
Nordeste	29.670	65.304	87.847	115.972	122.396	156.732	186.548
Pernambuco	14.483	18.510	30.821	47.817	49.973	86.078	99.978
Bahia	14.308	45.648	56.328	64.675	70.031	68.292	83.333
Petrolina – PE	3.825	4.200	16.200	24.480	21.600	57.000	67.320
Juazeiro – BA	9.510	35.220	37.110	42.180	46.200	43.371	61.992
Outros (*)	14.055	23.175	30.795	40.980	43.924	42.718	42.890

Fonte: IBGE (SIDRA) – (*) Inclui os municípios de Casa Nova, Curaçá, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista.

Tabela 2 - Brasil, Estados selecionados, Municípios do Vale do S. Francisco: Manga – Quantidade Produzida (mil frutos)

Brasil, Região Geográfica, Unidade da Federação e Município	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002
Brasil	1.557.587	1.575.523	1.728.302	1.695.459	1.874.371	2.153.205	842.349
Nordeste	834.966	848.722	893.390	808.755	957.724	1.294.325	551.764
Pernambuco	85.138	84.749	89.989	147.999	191.160	231.699	136.488
Bahia	113.378	142.120	166.480	207.255	258.365	501.493	252.952
Petrolina – PE	896	11.250	31.200	63.784	138.738	171.000	115.500
Juazeiro – BA	4.484	14.325	36.942	47.357	54.417	154.232	106.920
Outros (*)	1.124	1.740	11.142	14.005	15.484	44.095	19.708

Fonte: IBGE (SIDRA) – (*) Inclui os municípios de Casa Nova, Curaçá, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vis.

³ Além de Petrolina e Juazeiro, fazem parte do pólo os municípios de Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista, Casa Nova e Curaçá.

Tabela 3 - Brasil, Estados selecionados, Municípios do Vale do S. Francisco: Banana–Quantidade Produzida (cachos)

Brasil, Região Geográfica, Unidade da Federação e Município	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002
Brasil	550.561	562.358	572.619	496.171	532.220	566.336	6.422.855
Nordeste	216.309	223.813	210.619	176.622	163.151	194.196	2.202.735
Pernambuco	39.651	40.727	44.837	43.710	37.949	45.186	367.481
Bahia	83.694	87.051	74.301	63.027	53.669	58.752	763.901
Petrolina – PE	280	680	3.000	5.416	5.600	6.000	62.352
Juazeiro – BA	286	495	1.236	1.625	1.701	3.443	53.700
Outros (*)	264	357	437	560	664	1.607	28.405

Fonte: IBGE (SIDRA) – (*) Inclui os municípios de Casa Nova, Curaçá, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista.

Tabela 4 - Brasil, Estados selecionados, Municípios do Vale do São Francisco: Goiaba–Quantidade Produzida (mil frutos)

Brasil, Região Geográfica, Unidade da Federação e Município	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002
Brasil	1.279.900	1.415.326	1.283.188	1.395.910	1.425.643	1.960.223	321.127
Nordeste	634.356	682.238	381.541	375.519	207.383	448.541	140.800
Pernambuco	531.109	567.256	314.673	303.938	147.395	369.919	104.771
Bahia	-	10.665	30.467	31.286	28.101	36.182	25.352
Petrolina – PE	508	1.400	702	37.500	59.780	276.000	75.250
Juazeiro – BA	-	10.665	12.877	14.615	16.000	17.760	8.700
Outros (*)	-	-	-	-	-	20.838	6.224

Fonte: IBGE (SIDRA) – (*) Inclui os municípios de Casa Nova, Curaçá, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista.

Nas Tabelas de 1 a 4 aparecem os dados de produção das principais culturas do Vale, podendo ser observado que há um crescimento significativo na quantidade produzida das principais culturas, ou seja, uva, manga, banana e goiaba. Além dessas, são também produzidas no Vale as culturas seguintes: coco verde, melão, acerola, limão, maracujá, papaia e pinha, além de cana-de-açúcar, tomate, cebola etc. Estima-se em aproximadamente 1 milhão de toneladas/ano o total produzido de frutas, sendo a área cultivada com as fruteiras mais importantes - ou seja, manga (18.000 ha), uva (9500 ha), banana (5.400 ha), goiaba (3.500 ha), coco verde (12.000 ha) e acerola (900 ha) - de cerca de 49.000 hectares, em 2002. A área total irrigada nos municípios do Pólo gira em torno de 120.000 hectares. Admitindo a geração de 2,0 postos de trabalho por hectare, estima-se em 240.000 os postos diretos e em 960.000 os indiretos (Valexport, 2004). Os dados disponíveis mostram, assim, a elevada magnitude dos impactos diretos e indiretos da irrigação no Vale do São Francisco, com destaque para a tendência expansiva observada nas quantidades produzidas.

O mercado consumidor das frutas do Vale é relativamente amplo, abrangendo, no exterior, os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental, havendo perspectivas de abertura do mercado japonês. A exportação de frutas para esses mercados beneficia-se de períodos do ano em que a

oferta mundial está em baixa (as chamadas “janelas”) para aproveitar melhores preços. É um mercado fortemente dominado pelas empresas internacionais de comercialização e dependente também da logística de transportes que nem sempre é favorável, sendo a produção escoada pelos portos de Suape, Salvador, Fortaleza e Cabedelo. No mercado interno, as frutas do Vale são vendidas nos grandes centros urbanos do Nordeste e do Sudeste, onde a comercialização, principalmente supermercados e distribuidores atacadistas, tem também um peso grande, exercitando seus poderes oligopsônicos. Esses mercados têm absorvido de forma crescente os produtos da região, havendo por parte dos produtores alguma preocupação com a necessidade de maior divulgação e de campanhas de marketing para assegurar expansão futura para o mercado de manga, que é uma fruta exótica nos mercados da Europa e Estados Unidos⁴.

O mercado consumidor externo apresenta exigências reconhecidamente maiores em termos de sanidade e padronização dos frutos, tendo ainda requerimentos de continuidade de oferta e de preços competitivos, o que pressiona os produtores a melhorar continuamente seus padrões produtivos e a rebaixar custos. O mercado interno, apesar de menos exigente, vem, entretanto, ampliando seus requerimentos de qualidade, o que é influenciado pela presença na distribuição de grandes redes de supermercados com padrões internacionais de fornecimento.

O dinamismo do Pólo, vale ressaltar, tem muito a ver com a articulação da Codevasf, da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias) e dos produtores locais, com a difusão de avançadas tecnologias de cultivo e com as condições naturais da área, onde torna-se possível obter mais de uma colheita por ano, a reduzida umidade contribui para uma menor manifestação de pragas e doenças e a elevada insolação permite níveis elevados de produtividade. Além disso, a tecnologia de irrigação e manejo das culturas permite que sejam programados os períodos de safra e entre-safra, viabilizando assim o aproveitamento de “janelas” onde o mercado externo não é abastecido por outras regiões produtoras (Lima e Miranda, 2000). Ademais, conta também a favor a tendência à disseminação entre os colonos da tecnologia utilizada pelas empresas, o que eleva a competitividade do pólo como um todo e melhora a distribuição dos benefícios da atividade.

Outros fatores de sucesso da fruticultura do Vale são a existência na área de fornecedores de equipamentos e insumos e a articulação dos produtores maiores em torno da Valexport, uma

⁴ Informações obtidas junto aos produtores indicam que o grosso da produção de frutas é levado pelos canais de comercialização para o consumo *in natura*, sendo bem pequeno o processamento industrial. A exceção é a produção de uvas destinadas à vinificação, o que, entretanto, constitui um caso à parte, com variedades específicas e integração vertical nas vinícolas.

associação de produtores que tem facilitado bastante a expansão das vendas no mercado externo e a busca de soluções tecnológicas para os problemas existentes (Lima e Miranda, 2000). Além disso, a área vem se destacando como produtora de vinhos, há 12 vinícolas instaladas, com possibilidades de expansão e de melhoria da qualidade dos vinhos lá produzidos, estando a infra-estrutura em fase de melhoria.

Do lado das dificuldades deve-se ter em conta as barreiras protecionistas (tarifárias e não tarifárias) dos países desenvolvidos, que dificultam a expansão do mercado externo, as limitações e deficiências ainda existentes nos procedimentos de pós-colheita, onde se observam perdas significativas, inclusive por problemas ligados à embalagem e ao transporte. No caso da uva há perdas significativas em virtude de fungos e por procedimentos de colheita e armazenamento. De uma maneira geral, há pouca disponibilidade de *packing houses* onde o pós-colheita possa ser feito mais adequadamente, inclusive para as frutas destinadas ao mercado interno, já que a parte exportada é melhor tratada, inclusive pelas maiores exigências do mercado externo. Uma das maiores dificuldades refere-se às limitações da infra-estrutura de segurança e de transportes, embora esta última esteja em fase de melhoramento. O ponto mais crítico, parecer ser o apoio tecnológico, apesar da Embrapa ter uma unidade no Pólo que tem, no entanto, um número limitado de pesquisadores (Sampaio et al., 2003).

Essas dificuldades, entretanto, não impediram nem devem bloquear o elevado dinamismo da área, que pode ser demonstrado pelo crescimento do PIB a uma taxa anual de 5,7% entre 1975 e 1996, tendo o produto agrícola crescido no mesmo período a 13,3% ao ano. O crescimento populacional também se mostra bem acima da média (2,02%) do país: 5,4% ao ano entre 1970 e 2000 (Bonelli, 2002).

Um aspecto importante a ser realçado nesse pólo é a diversificação já encontrada no mesmo em termos de atividades industriais e de serviços. Em Petrolina e Juazeiro há distritos industriais com plantas de equipamentos para irrigação, fiação, beneficiamento de produtos agrícolas e nos municípios de Casa Nova, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista encontram-se 12 vinícolas que processam a uva local obtendo vinhos e espumantes colocados no mercado nacional e externo. A continuidade dessas atividades tende a atrair para o pólo outras empresas industriais e agroindustriais seja de fornecimento de insumos, seja de beneficiamento dos produtos agrícolas da área.

- O Pólo Açú/Mossoró

Iniciado nos anos 80 com alguns investimentos governamentais e iniciativas privadas, o Pólo Açú/Mossoró teve grande movimentação com a instalação em Açú de grandes empresas, que se beneficiaram de poços profundos perfurados no lençol subterrâneo, que permitiram a implantação do cultivo de melão. Com isso a região passou de forma relativamente rápida a ter acesso ao mercado nacional e internacional do melão amarelo. Posteriormente, alguns problemas financeiros com essas grandes empresas e o desenvolvimento de pesquisas, que levaram ao cultivo de melão com águas de poços menos profundos, mesmo que com alguma salinização, permitiram a difusão do cultivo em outros municípios da área através de empresas menores e de pequenos produtores. A intervenção governamental, através de desapropriações de terras, permitiu essa participação da pequena produção familiar (Moutinho, 2001) e a produção deslocou-se para Mossoró, onde vem crescendo significativamente (Tabela 5). A área plantada com melão é superior a 7.000 hectares, sendo a produtividade de cerca de 23 t/ha. O clima seco, a elevada insolação, os solos aptos e a disponibilidade de água para a irrigação são fatores favoráveis à competitividade dessa cultura.

Além de melão, também são cultivadas na região melancia, banana e outras frutas com menor importância em termos de área cultivada. Mais recentemente há indicações de início do cultivo de manga nesse pólo, ao lado da expansão da área cultivada com banana num movimento de diversificação e de busca de alternativas econômicas.⁵

A produção de melão na região Açú/Mossoró é colocada nos mercados interno e externo, tendo este último uma participação em torno de 50%. O destino principal das exportações é o mercado europeu, na “janela” criada durante o inverno. Estima-se em 20.000 o número de empregos diretos gerados na área nas atividades agrícolas, de seleção e de embalagem (Moutinho, 2001). Como o mercado externo vem se mostrando pouco dinâmico, isso pode criar dificuldades de escoamento no futuro, inclusive por estar crescendo a produção de melão em outros pólos no Nordeste.

Nos municípios do pólo, afora Mossoró que concentra mais a produção de melão, está se configurando uma diversificação para a produção de banana (Tabela 6), que surge com boas

⁵ Segundo Sampaio, et al. (2003), o melão dessa região é o amarelo, uma variedade comercialmente menos valorizada, que está perdendo o mercado para o melão da Costa Rica devido ao baixo teor de sólidos solúveis.

perspectivas, ocupando espaço crescente nas exportações brasileiras desta fruta. Essa tendência é facilitada pela presença na área da empresa multinacional Del Monte, que dirige boa parte da produção para a União Européia. Com isso já há cerca de 5.000 hectares em produção e mais 3.000 implantados com banana. As condições de produção são favoráveis: a produtividade (30 t/ha) é a maior do Brasil, o câmbio favorece as exportações e há acesso sem muitas dificuldades aos portos de Natal e Fortaleza (Sampaio, *et al.*, 2003).

Um indicador síntese do dinamismo do pólo Açú-Mossoró é a performance do seu produto agrícola. Segundo Bonelli (2002), entre 1975 e 1996 o PIB agrícola da região cresceu a 4,8% ao ano, bem acima do crescimento de 1,8% ano observado para o setor agrícola do Rio Grande do Norte no mesmo período.⁶

Tabela 5 - Brasil, Nordeste, Rio G. do Norte e Municípios Selecionados: Melão – Quantidade Produzida (mil frutos)

Brasil, Região Geográfica, Unidade da Federação e Município	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002
Brasil	59.360	89.873	108.582	149.499	177.796	174.710	352.300
Nordeste	50.162	82.720	99.873	141.559	168.911	163.688	333.947
Rio Grande do Norte	23.896	33.833	34.519	89.795	115.232	93.986	181.760
Açú – RN	7.920	5.180	5.075	607	420	120	-
Mossoró – RN	2.805	8.925	11.220	65.000	55.000	25.650	62.500
Outros (*)	12.905	19.333	14.817	17.927	18.169	7.360	600

(*) - Inclui os municípios de Alto do Rodrigues, Carnaubais, Ipanangaçu, Itajá, Jucurutu, Pendências, Porto do Mangue e São Rafael

Entre as fragilidades desse pólo podem ser citadas as dificuldades financeiras das grandes empresas e o endividamento de muitos produtores da área junto aos bancos oficiais de fomento, como o Banco do Nordeste do Brasil e o BNDES. A cultura do melão exige mais pesquisas, entre outras coisas, para com isso elevar o teor de sólidos solúveis nas variedades cultivadas, bem como para reduzir a presença de defeitos externos e a falta de uniformidade dos frutos (Sampaio et al., 2003). A infra-estrutura de transportes apresenta deficiências que ampliam o tempo de deslocamento para os portos e as embalagens utilizadas terminam provocando perdas pós-colheita (Moutinho, 2001). Outro aspecto preocupante é a limitada base de apoio tecnológico, pois a principal instituição da área, a Escola Superior de Agronomia de Mossoró, apesar de desenvolver

⁶ O mesmo autor registra também melhoria significativa do índice de padrão de vida do pólo Açú-Mossoró, que passou de 0,31 para 0,56 entre 1970 e 1991.

pesquisas sobre a fruticultura já há algum tempo, apresenta uma disponibilidade reduzida de professores/pesquisadores

2.2 Os Cerrados Nordestinos

Uma das regiões de maior expansão no Nordeste nos últimos 30 anos é sem dúvida a área em torno do município de Barreiras no Oeste da Bahia. Essa área mais recentemente vem ampliando sua abrangência na direção das áreas contíguas do Sul do Piauí e do Maranhão, também parte dos cerrados, onde a produção de grãos é a principal atividade e foco de dinamismo. No Oeste baiano, principalmente, as atividades econômicas apresentam uma razoável diversificação em termos de culturas e de arranjos produtivos, contando também com um razoável enraizamento em outras atividades dos setores secundário e terciário. No Maranhão já se observa um expressivo crescimento da área plantada com soja e outros grãos, sendo o município de Balsas o centro de tal ocorrência. No Piauí a expansão é mais recente e ainda menor, mas as potencialidades são também promissoras. Por maior disponibilidade de informações iremos nos referir aqui com mais detalhes sobre a região de Barreiras e dos municípios de seu entorno no Oeste da Bahia.

Essa área vem sendo influenciada, principalmente desde os anos 1970, por políticas governamentais em termos de infra-estrutura de estradas e energia, fornecimento de linhas de crédito, montagem de projetos de irrigação e colonização, tendo também sido alvo da ocupação mais espontânea por parte de agricultores do Sul do país, atraídos pelas condições naturais da área dos cerrados, propícias ao cultivo de grãos⁷ e pelo reduzido valor das terras. Além disso, também foi importante para a dinamização da área o desenvolvimento de tecnologias de cultivo da soja, adaptadas às condições dos cerrados, feito pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias).

A ocupação dessa área começou a se tornar mais vigorosa a partir dos anos 1980, década de um crescimento intenso na produção e na área cultivada (Lima, 1994). O crescimento prosseguiu nos anos seguintes, tendo a região cerca de 1,2 milhão de hectares plantados, dos quais cerca de 67 mil irrigados, atingindo a produção de grãos (soja, milho, arroz e feijão) o patamar de três milhões de toneladas (Pedreira, *et al.*, s/d)⁸.

⁷ Entre estas condições naturais destacam-se a disponibilidade de recursos hídricos e a elevada insolação.

⁸ Nesta seção tomamos como base de referência de dados os citados em Pedreira *et al.*, s/d.

No Oeste baiano podem ser distinguidos dois tipos de organização da produção agrícola. Um de menor nível de capitalização e organização onde predominam a produção familiar de subsistência, ao lado da fruticultura e dos projetos de irrigação da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) bem como da pecuária em médias e grandes propriedades. Um segundo tipo é o formado pela produção de grãos, junto com as culturas de algodão e café. Nesse segmento está o forte do dinamismo da região caracterizado pela presença de médios e grandes produtores, elevado nível de capitalização e de uso de tecnologia avançada, bem como exibindo elevado grau de organização e apoio institucional.

Nessas últimas décadas, a região do Oeste da Bahia tem exibido dados impressionantes de dinamismo, o que tem muito a ver com condições naturais favoráveis e com incentivos governamentais diversos, conforme listados acima. Os números impressionam. A produção de soja é a mais importante da área, sendo produzidas cerca de dois milhões de toneladas em cerca de 800 mil hectares. O milho é o segundo mais importante, usado como alternativa de rotação de cultura com a soja, cujo nível de produção gira em torno de 800 mil toneladas em pouco mais de cem mil hectares. Além disso, em menor extensão, são também cultivados arroz e feijão como alternativas no primeiro ano de abertura de novas áreas no cerrado.

Mais recentemente, com o dinamismo da área, estão sendo expandidas as culturas do algodão e do café e a fruticultura. No caso do algodão, entre 1995 e 2001 a área cultivada cresceu de 2.400 para 45,1 mil hectares, com uso de tecnologia que permite a obtenção de um produto de elevada qualidade, algodão de fibra longa, estando atraindo investimentos em usinas beneficiadoras (cerca de 30 já instaladas) e se firmando como área fornecedora da indústria têxtil nordestina e para exportação. Por trás desse vigoroso crescimento está o Governo da Bahia e um programa de incentivo à cultura do algodão nos cerrados, que inclui a redução de até 50% do ICMS sobre o algodão em pluma.

Do mesmo modo que o algodão, a cultura do café cresceu rapidamente nos últimos anos com o suporte de programas do governo estadual. A área cultivada situa-se em torno de 12 mil hectares, contando com tecnologia atualizada que gera elevada produtividade. No suporte financeiro estão linhas de crédito incentivadas do BNDES e do Banco do Nordeste.

A fruticultura, por sua vez, já conta com cerca de 11 mil hectares implantados nos pólos de Barreiras e Bom Jesus da Lapa. Nos cerrados sobressaem-se o cultivo de mamão (1800 ha), manga (1620 ha), citrus (1078 ha) e coco (990 ha). Os mercados principais são os do Sul/Sudeste do país,

havendo também exportação para a França, Holanda, Inglaterra e Canadá. Embora com potencialidades de expansão, a fruticultura na área ainda enfrenta dificuldades de se firmar, tendo que superar problemas ligados à qualidade dos frutos, decorrentes de gestão ainda pouco profissional e de insuficiente assistência técnica.

Por fim, destaque-se ainda a pecuária bovina, predominantemente de corte, que apresenta perfil extensivo, mas em fase de modernização, cujos traços principais são as pastagens cultivadas em áreas irrigadas, a introdução de raças mais produtivas, manejo de rebanho e técnicas de melhoria de padrão genético (inseminação artificial e transferência de embriões).

Esse quadro de dinamismo agrícola, onde predomina a produção de *commodities* sujeitas às conhecidas oscilações de preços, vem sendo complementado com a integração para trás e para frente em diversos níveis. Do lado dos insumos e equipamentos observa-se na área a presença de fornecedores de conjuntos de aspersão e demais implementos agrícolas, além de processadores de fertilizantes e prestadores de serviços diversos. Pelo lado do beneficiamento da produção agrícola já podem ser notados maiores vínculos. Aqui encontram-se duas grandes unidades de processamento de soja, havendo também a integração pelo lado da disponibilidade de ração que beneficia a atração de investimentos na avicultura (corte e postura) e de frigoríficos que verticalizam a produção pecuária a nível local. O crescimento da produção de algodão já motivou a implantação de beneficiadoras de separação da pluma e do caroço, conforme citado anteriormente, mas também a atração de uma planta de fiação que poderá, é projeto declarado da mesma, posteriormente integrar-se com uma tecelagem.

Essas atividades econômicas já provocaram impactos significativos no Oeste da Bahia, bem como nas áreas contíguas do Sul do Maranhão e do Piauí. Isso pode ser captado, por exemplo, por dados de evolução demográfica e do PIB na cidade de Barreiras. Tais dados mostram um incremento de 47% em 1970 para 88% em 2000 da população urbana ao lado de um crescimento médio anual do PIB de 12,4% ao ano e do PIB agrícola de 20% ao ano, no mesmo período. A população total do município cresceu 6,3% ao ano, no mesmo período, enquanto a média do crescimento anual da população brasileira atingiu os 2,02% (Bonelli, 2002). Os números são, portanto, impressionantes em demonstração de dinamismo e de diversificação de atividades afora as agrícolas, o que deve estar refletido nos dados do crescimento intenso da população urbana.

Tendo em vista as condições naturais favoráveis e a diversificação de atividades já observada, é muito provável que a região continue mantendo seu dinamismo nos próximos anos já

que o produto principal a soja mantém-se com demanda crescente no mercado internacional, tendo a produção dos cerrados nordestinos custos competitivos e níveis de produtividade similares aos padrões observados nas demais áreas de cerrados. No entanto, há alguns gargalos a serem removidos para que tal dinamismo não sofra descontinuidades.

No que diz respeito à produção de grãos vale mencionar que a indefinição sobre o uso dos transgênicos no Brasil e a liberação do seu plantio nos EUA, Argentina, e Canadá pode tornar a produção de soja desses países mais competitiva. Além disso, há alguns problemas ambientais como o avanço dos cultivos sobre as margens dos rios com destruição das matas ciliares e o uso abusivo dos recursos hídricos de superfície, o que tem implicado em uma já perceptível redução das vazões dos rios na região. Registre-se também o estrangulamento da estrutura de transportes, centrada no modal rodoviário, o que encarece a produção regional. De uma maneira geral vale ressaltar também a escassez de mão-de-obra qualificada também é um gargalo a ser removido, principalmente tendo em conta a perspectiva de novos empreendimentos a serem atraídos para a região.

Em sendo esses obstáculos atenuados ou removidos os cerrados nordestinos devem continuar dinâmicos, mesmo que não mantenham os elevados padrões atuais, já que há ainda áreas agricultáveis disponíveis e outros fatores favoráveis a uma maior integração e diversificação da base econômica. Assim, a produção de grãos rebaixa o custo da ração e atrai investimentos para o setor produtor de proteínas animais. Por sua vez, a articulação dos produtores locais com fornecedores e compradores, instituições de pesquisa e órgãos governamentais viabiliza a solução de problemas e facilita a adoção de políticas públicas específicas para a região, como já tem ocorrido.

3.3 O Pólo Minero-metalúrgico de São Luiz

Uma outra região que vem apresentando razoável dinamismo no Nordeste é a do entorno da cidade de São Luiz, capital do estado do Maranhão. Ali foram realizados alguns investimentos de grande porte na área de beneficiamento de minérios e de produção de alumínio, o que integrou-se ao planejamento do Governo Federal implementado ao longo dos anos 1970 e 1980. Fazem parte desses projetos os investimentos ligados ao aproveitamento do minério de ferro de Carajás, a construção da ferrovia ligando a mina ao porto de São Luiz (890 km), o porto de Ponta da Madeira, feitos pela, então estatal, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) num valor total de US\$ 2,9

bilhões (valor da época). Dai resultaram desdobramentos diversos para a economia estadual, a exemplo da instalação de guserias ao longo da ferrovia, a qual também facilitou o escoamento da soja dos cerrados para o porto de S. Luiz, a geração de cerca de 1300 empregos diretos e 1200 indiretos, apenas no Maranhão, com impactos significativos, via renda, sobre outras atividades em S. Luiz (Lima, 1994).

Afora isso, articuladamente com a construção da usina hidroelétrica de Tucuruí, foi atraída para São Luiz uma planta de produção de alumínio, a Alumar, associação entre a ALCOA, ALCAN e BILLINGTON, com investimento de US\$ 2 bilhões, com escala de produção de três milhões de toneladas/ano de alumina e de 500 mil de alumínio. Tal planta gerou, na época da implantação, a absorção de cerca de 4.000 empregos diretos, estimando-se em 1.200 os indiretos. Em vista do montante de renda gerado por esses empregos, juntamente com os gerados pela CVRD, a economia de São Luiz tem exibido mudanças significativas com expansão populacional, urbanização, ampliação de atividades ligadas aos serviços etc.

Trata-se ainda de uma área onde as repercussões sobre as cadeias produtivas de minério de ferro e alumínio são pouco expressivas, vez que o principal destino da produção é o mercado externo. Assim, os principais impactos propagaram-se pelo efeito renda e pelo efeito sobre a arrecadação de tributos estaduais e municipais. Assim, uma vez implantados os investimentos e feitas as repercussões sobre as demais atividades econômicas, o dinamismo perdeu algum ímpeto, tendo o emprego industrial em São Luiz diminuído ao longo dos anos 1990, embora nessa redução estejam também atuando as mudanças tecnológicas poupadoras de mão-de-obra empreendidas na economia brasileira como um todo, a partir da abertura da economia.

Mais recentemente, novas perspectivas surgem com respeito à integração e adensamento da cadeia produtiva com a possibilidade de instalação em São Luiz de grandes projetos de produção de aço, que poderão trazer elevados investimentos e grande geração de emprego e renda. Essa é a expectativa do Governo do Maranhão, expressa a seguir. “A projeção é de que o Maranhão produza 30 milhões de toneladas de aço até o final desta década, transformando-se no maior produtor de aço do Brasil. Esse volume representa hoje toda produção nacional. A primeira siderúrgica, uma parceria Baosteel/Arcelor/Vale, deve entrar em operação em 2007 e vai produzir inicialmente 3,7 milhões de placas de aço/ano. Nos dois anos subsequentes, na segunda fase, onde está prevista uma

ampliação, a produção será de 7 milhões de placas de aço/ano.”

(<http://www.ma.gov.br/investimentos/noticias.php?Id=1508>)⁹

Caso se confirmem tais investimentos, a economia do Maranhão deverá sofrer impactos positivos diversos e ampliar sua integração para trás e para frente, diversificando assim sua base produtiva. Para isso devem concorrer também a localização de São Luiz, mais próxima do hemisfério Norte, e a existência de infra-estrutura portuária para facilitar as exportações.

3.4 A Região Metropolitana de Salvador

Em meio a alguns projetos estruturadores implementados pelo planejamento governamental no Brasil nos anos 1970, o Pólo Petroquímico de Camaçari, município da Região Metropolitana de Salvador (RMS) destacou-se pelo elevado volume de investimentos, cerca de US\$ 6,0 bilhões a preços históricos, numa estratégia de desconcentração das atividades industriais no Brasil. Na origem, o Pólo Petroquímico criou uma capacidade industrial instalada de 5,5 milhões de toneladas/ano de petroquímicos de segunda geração, abrindo cerca de 56 mil empregos, diretos e indiretos e contribuindo fortemente para elevar a participação da indústria no PIB da Bahia e para a geração de impostos.¹⁰ Para a viabilização dos investimentos o Governo Federal, ao lado do estadual e do municipal, mobilizou incentivos fiscais e creditícios diversos e articulou com a Petrobrás, empresa estatal da área de petróleo, o comando do empreendimento, onde também participaram alguns sócios privados, multinacionais e nacionais. O pólo integrava-se numa política de descentralizar a produção nacional de petroquímicos e articulava-se com a produção de nafta proveniente de uma refinaria da Petrobrás também localizada na Região Metropolitana de Salvador. Com isso previa-se um maior adensamento da cadeia produtiva, inclusive no aproveitamento local de intermediários petroquímicos para a fabricação de bens de consumo finais, o que terminou não se viabilizando na dimensão esperada.

Mesmo assim, hoje o Pólo de Camaçari é responsável por mais de 40% da produção nacional de petroquímicos, abriga a oitava maior central de matérias-primas do mundo e é muito

⁹ Sobre isso, informa ainda o Governo do Maranhão: “O Estado terá um acréscimo anual de US\$ 560 milhões em sua pauta de exportação com maior agregação de valor à cadeia produtiva minerometalúrgica e mais geração de emprego e renda. Na fase de implantação, está prevista a geração de 12 mil empregos diretos, e para cada um deles estima-se que serão gerados 3 mil empregos indiretos”. (<http://www.sinct.ma.gov.br/servicos/noticias.php?Id=44>)

¹⁰ Note-se que em 1990 o Pólo Petroquímico de Camaçari sozinho contribuiu com 13,6% da receita tributária do Estado da Bahia (Lima, 1994).

importante para a geração de impostos, emprego, e renda. Note-se ainda que a existência na Bahia do maior pólo petroquímico da América Latina, é uma importante fonte de atração de novos empreendimentos para a região. Todavia, para que isto se materialize, a BRASKEM, atual proprietária da COPENE, precisa aumentar sua produção de eteno, uma vez que a disponibilidade de matérias-primas determina em grande medida as decisões de investimentos das empresas de 2ª e 3ª gerações.” (Guerra, 2004: 25).¹¹

A efetiva atração de investimentos para a chamada indústria de transformação petroquímica “(...)enfrenta dificuldades ligadas aos custos de transporte, vez que nessa etapa ocorre agregação de volume, o que encarece aqueles custos e induz a localização das plantas industriais próximas ao mercado consumidor [no caso do Brasil, localizado principalmente no Sudeste/Sul].” (Lima, 1994: 60). Esse fato limitou até aqui a maior integração para frente do pólo petroquímico com a indústria local. Tal situação tem chance de ser modificada em vista da vinda para o Nordeste de empresas produtoras de equipamentos de informática e automação, eletrodomésticos, e automóveis, o que implicará numa maior demanda por transformados plásticos atraindo empresas para a região.

Sobre isso cabe destacar que um outro investimento estruturador foi montado na RMS no final dos anos 1990 com muitas articulações com o pólo petroquímico. Trata-se de uma montadora de automóveis atraída com muitos incentivos governamentais estaduais e municipais (isenções fiscais, terrenos, estradas, portos, etc) e com as condições relativamente favoráveis da área em termos de fornecimento de matérias-primas petroquímicas, facilidades para exportação etc.

A fábrica da FORD no município de Camaçari, foi iniciada em 1999, beneficiou-se também de condições favoráveis estabelecidas pelo Regime Automotivo Especial para regiões menos desenvolvidas (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) de 1997. Tal regime ajudou a uma nova configuração espacial para a indústria automotiva e de autopeças no Brasil. Alguns estados consolidaram-se como pólos nacionais (São Paulo, Minas Gerais) e outros como pólos regionais emergentes (Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia). O compartilhamento dos investimentos com as sistemistas, bem como as concessões de infra-estrutura e incentivos fiscais e financeiros obtidos dos governos estadual e federal facilitaram a redução dos custos de saída (*sunk costs*) e assim viabilizaram o investimento. Com a FORD vieram mais 33 empresas, as chamadas

¹¹ Sobre isso, afirma Guerra (2004): “Esta expansão, por sua vez, depende do suprimento de nafta, principal insumo para a fabricação do eteno, e responsável por algo em torno de 80% dos custos variáveis de uma central petroquímica. A refinaria da PETROBRAS na Bahia fornece cerca de 40% do volume total de nafta consumido anualmente pela BRASKEM.”

sistemistas, instaladas em Camaçari, a maioria delas (29) controladas por empresas globais que suprem as montadoras automobilísticas em diversos empreendimentos pelo mundo. Além disso, agregam-se ao arranjo produtivo da FORD os diversos produtores de peças e componentes que fornecem aos sistemistas, os fabricantes de peças isoladas mais simples, e os produtores de matérias-primas.

“Em termos produtivos, a planta da FORD tem capacidade para fabricar, à plena carga, 850 veículos por dia, 250 mil carros por ano. Em julho de 2004, 7,6 mil pessoas estavam diretamente empregadas em três turnos de trabalho. As metas de emprego e produção foram alcançadas, respectivamente, 2 anos e 1 ano e meio antes do previsto pela montadora. Segundo os cálculos da FORD, mais de 50 mil empregos indiretos foram criados adicionalmente entre os fornecedores de 2º, 3º e 4º níveis localizados dentro e fora da Bahia.” (Guerra, 2004: 12).

Vale destacar que nos anos 1990 o emprego industrial no Brasil como um todo tem sido reduzido em vista das reestruturações produtivas e de mudanças tecnológicas poupadoras de mão-de-obra. Esse fenômeno tem atingido a indústria petroquímica baiana e demais atividades industriais da RMS, observando-se uma diminuição gradativa do número de empregos na indústria como um todo de 1990 (63.459 empregos formais) até 1998 (42.256), notando-se de 1999 (43.471) a 2002 (52.571) uma recuperação do emprego total, segundo os dados da RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego. Em parte, pelo menos essa recuperação é devida à operação da FORD e de suas fornecedoras, o que ajudou a recuperar para a região pelo menos parte do dinamismo observado nos anos iniciais da montagem do pólo petroquímico. Com a performance até aqui positiva da FORD em termos de exportações e com o desempenho mais recente da petroquímica é muito provável que tal dinamismo seja mantido para o futuro.

Tal expectativa pode ser suportada por informações levantadas junto às sistemistas da FORD, onde cerca de 70% dessas consideram possível elevar o fornecimento de insumos, matérias-primas, componentes e peças por micro, pequenas e médias empresas, já existentes ou por meio da atração de novos investimentos liderados por uma ação conjunta da FORD com o governo estadual. “As capacitações tecnológicas e produtivas exigidas em vários desses itens não são elevadas. O que estaria faltando seria uma maior disseminação das reais possibilidades de concretização de tal encadeamento, até porque muitas empresas locais apresentariam os requisitos

mínimos necessários para tal e novas empresas poderiam surgir sem a necessidade de grandes investimentos e capacitações.” (Guerra, 2004: 15)¹²

3.5 - A Região Metropolitana de Fortaleza: o setor têxtil/confecções.

O setor têxtil/confecções é um dos mais tradicionais no Nordeste e nos últimos anos vem sendo redinamizado especialmente na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), como resultado de incentivos fiscais oferecidos pelos governos federal e estadual. Como resultado, desde os anos 1980 essa atividade expandiu-se fortemente, havendo, em 1985, 358 estabelecimentos têxteis e 850 de confecções (IBGE, Censo Industrial). Em 1991, o pólo de confecções do Ceará, concentrado na RMF, segundo o Sindicato da Indústria de Confecções do Ceará, “reunia cerca de 3.000 empresas, gerava cerca de 60.000 empregos diretos [formais e informais] e era responsável por 12% da receita estadual de ICMS.” (Lima, 1994: 67). Esse dinamismo, vale ressaltar prosseguiu ao longo da década de 1990, tendo o emprego no setor têxtil/vestuário crescido de 33.385 em 1990 para 43.423 em 2000, reduzindo-se para 42.917 em 2002, segundo os dados RAIS relativos às empresas formalizadas, isso num período onde a economia brasileira em geral sofreu a abertura às importações e a modernização tecnológica que reduziu o uso de mão-de-obra.

A atividade de confecções no Ceará derivou-se da tradição das habilidades artesanais das “rendeiras”, que desenvolveram qualificações e vocações, dos tradicionalmente baixos níveis salariais e da disponibilidade de matéria-prima, o algodão. A partir dos anos 1980, com base no apoio governamental através de incentivos fiscais e no espírito empreendedor e na organização do empresariado local, o segmento ganhou força e avançou no mercado nacional. “As facilidades dos incentivos atraíram grandes projetos para Fortaleza, na tecelagem e, principalmente, na fiação. Outros fatores como o dinamismo empresarial, a qualidade dos produtos, associada a preços competitivos e a própria diferenciação de produtos das confecções impulsionaram fortemente a expansão do pólo cearense.” (Lima, 1994: 68).

O Ceará respondia, no ano de 2000, por 20% da produção de moda praia, aeróbica e íntima da indústria de confecções do Brasil, sendo o terceiro maior produtor de biquínis, maiôs e

¹² Ainda segundo Guerra (2004), as possibilidades de fornecimento local de equipamentos, são limitadas e apenas 29% das empresas consultadas acreditam na possibilidade de produção na Bahia. As especificidades dos equipamentos são elevadas e a escala mínima necessária para estimular a instalação da indústria de bens de capital exigiria a atração de novas montadoras, algo que não se vislumbra no horizonte.

acessórios, com presença de destaque em roupa íntima, de dormir, esporte, jeans, infantil etc. O setor de moda (têxtil, confecções, calçados e acessórios) representava 37,6% do total das empresas industriais em atividade do estado em 2000, havendo ainda inúmeras empresas de pequeno e médio portes na informalidade. Segundo dados da Associação de Micro e Pequenas empresas de Fortaleza, há cerca de 2.500 empresas informais, além das 3.719 indicadas pela Secretaria da Fazenda (SEFAZ), para o ano de 1996. Segundo a SEFAZ, nesse mesmo ano 76,4% das empresas formais estavam localizadas na Região Metropolitana de Fortaleza, sendo que mais de 90% dessas se localizavam na capital (Ablas, 2004).

Os produtos da região são comercializados principalmente no mercado nacional, mas alguns inserem-se no mercado externo, as chamadas *commodities* da cadeia têxtil e de confecção, a base de algodão, que são as malharias, e os *jeans* sem etiqueta (calças e bermudas), que são vendidos a grandes *players* do mercado internacional. No caso da fiação o mercado externo tem um peso mais significativo.

Em geral, o segmento apresenta perspectivas de continuidade e expansão, porém apresenta algumas fragilidades ligadas à gestão e qualificação de mão-de-obra, à obtenção de matéria-prima em condições competitivas e necessidade de constante renovação da tecnologia utilizada. Além disso, a dependência elevada de incentivos fiscais para a permanência das grandes empresas no Nordeste [principalmente no setor têxtil], a ineficiência da infra-estrutura de transportes, que causa aumento nos custos de aquisição de insumos e de escoamento da produção, a tendência de maior consumo mundial de produtos derivados das fibras sintéticas, insumos importados pela região, e a baixa competitividade da cadeia têxtil nacional nesse segmento (Viana, 2004) podem também ameaçar a continuidade do dinamismo desta atividade na RMF.

3.6 - Áreas de Desenvolvimento Endógeno

Nos anos 1980 e 1990 algumas microregiões do interior do Nordeste vêm revelando tendências de forte expansão com base em fatores mais localizados, na linha do chamado desenvolvimento endógeno e dos arranjos produtivos locais, onde observa-se forte presença de informalidade. Tais áreas foram estudadas por Diniz e Basques (2004) e suas principais especificidades são mencionadas a seguir.

Crato-Juazeiro do Norte–Barbalha

Trata-se de uma região formada por três cidades quase contíguas no Ceará, beneficiadas por um micro-clima favorável e pela disponibilidade de água de fontes perenes da serra do Araripe.

O dinamismo da área concentra-se nas atividades agro-industriais, produção de cana-de-açúcar e derivados (cachaça e rapadura), bem como da chamada indústria de folheado (jóias e bijuterias), produtos baratos mas bem acabados, onde estima-se existir 30 empresas formais e 100 informais, ocupando cerca de 4.000 pessoas. Essa atividade, por sua vez, está fortemente ligada à presença na região de grande número de peregrinos religiosos, atraídos pela crença em poderes milagrosos do Padre Cícero, que adquirem objetos religiosos folheados a ouro e também bijuterias. A produção de folheados gera especialização de mão-de-obra e freqüentemente novas empresas são abertas por funcionários das já existentes. Com a expansão da atividade o mercado ampliou-se para além do local e tem hoje abrangência regional.

Outra atividade que vem se destacando na área é a produção de calçados e confecções, atraída por incentivos fiscais, trabalho barato e pelo mercado regional, sendo que a produção de calçados já começa a chegar ao mercado externo.¹³

- São Bento-Caicó

Nos municípios de São Bento, Brejo da Cruz e Catolé do Rocha no interior da Paraíba vem se desenvolvendo uma atividade têxtil, em moldes informais e precários, com teares localizados em fundos de quintal, de fabrico de redes, panos para limpeza e cobertura de colchão. Apesar da precariedade da estrutura produtiva esse segmento gera razoável volume de renda e emprego, consumindo cerca de 1.500 t/mês de fios e empregando de 15.000 a 20.000 pessoas.

Nas cidades próximas de Jardim de Piranhas e Caicó no Rio Grande do Norte localiza-se o maior centro de produção de bonés do Brasil.

Essas atividades são exercidas de forma semi-artesanal com uso intensivo de mão-de-obra e suprem a falta de alternativas econômicas, mas o volume de produção impressiona, principalmente pelo espontaneísmo, tipo “acidente histórico”, das mesmas.

¹³ Segundo Diniz e Basques (2004) havia 5400 empregos formais na indústria têxtil, de confecções e de calçados na microrregião em 2000.

-Santa Cruz do Capibaribe-Toritama-Caruaru.

Nesses dois municípios do Agreste de Pernambuco desenvolve-se há algum tempo uma intensa atividade de confecções, de baixo custo, também predominantemente informal e ocupando a quase totalidade da população em empreendimentos de base familiar.

Embora tenham sido iniciadas de forma espontânea por iniciativas locais, hoje essas atividades desenvolvem um elevado volume de produção e mais recentemente, com a continuidade e expansão, o nível de qualidade dos produtos vem sendo aprimorado.

Na cidade próxima de Caruaru, de maior porte e maior diversificação econômica, desenvolve-se também uma atividade de confecções de forma mais bem estruturada e com empresas maiores.

No caso de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, vale destacar, um fator de expansão dessa atividade foi a informalidade e o não pagamento de impostos e de obrigações trabalhistas, sendo praticamente ausente a fiscalização trabalhista e tributária.

Apesar da precariedade e da informalidade, o arranjo produtivo local de confecções do Agreste pernambucano (Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama), produz cerca de 694 milhões de peças/ano e reúne 12 mil empresas, entre fabricantes (cerca de 2 mil) e comerciantes (cerca de 10 mil). São cerca de 76 mil empregos gerados, resultando na necessidade de recrutamento de 40% da mão-de-obra nos municípios vizinhos. (Ablas, 2004). Observa-se nesse arranjo uma certa especialização municipal da produção, com destaque para Toritama (índigo), Caruaru (roupas de tecido de pano) e Santa Cruz do Capibaribe (roupas de malha - moda praia). Há limitações em termos de integração a nível local com a cadeia produtiva, pois a maior parte dos insumos é adquirida de outras regiões, o que reduz bastante as repercussões positivas do dinamismo da produção de confecções nesses municípios. Trata-se, no entanto de um pólo com significância no contexto regional e mesmo nacional, que inclusive já chama a atenção em termos de concorrência com outras regiões, já sendo cobrada da Secretaria da Fazenda de Pernambuco uma atitude mais ativa para reduzir a sonegação fiscal e assim tornar a concorrência mais igual com outras regiões produtoras.

Os impactos dessas atividades sobre os municípios envolvidos são significativos. Em Santa Cruz do Capibaribe, por exemplo, a população cresceu 25,9% entre 1998 e 2004, enquanto o PIB

aumentou em 34,3% entre 1998 e 2001. Em Toritama o PIB cresceu 37,8% nesse mesmo período (Jornal do Comercio, 27/02/2003).

Note-se que essas áreas onde predominam atividades ditas de base local afloram em alguns casos com mais expressão, como os citados acima, em outros com menos. A rigor, há outros casos que poderiam ser mencionados a exemplo desses, embora com menor significância, em meio à pasmaceira da base econômica das regiões interioranas do Nordeste. Embora nem sempre tão expressivas, são ocorrências que se apoiadas por programas governamentais tendem a se expandir e ganhar espaço. Carecem, entretanto, em geral, de uma base tecnológica mais desenvolvida para que possam se diferenciar e ter condições de competitividade além das hoje encontradas, ou seja, com base no trabalho intensivo, baixos salários e baixo nível de observância das regras tributárias e trabalhistas. Em outros casos os gargalos, além do tecnológico, se localizam nas linhas de crédito e na comercialização, o que pode ser facilitado por uma melhor identificação por parte dos organismos oficiais de cada caso e de suas carências principais.

Essa ação necessária dos órgãos oficiais, no entanto, é ainda restrita. Mais recentemente com a valorização na literatura econômica dos *clusters* produtivos, ou arranjos produtos locais, termo mais apropriado para tais ocorrências no Nordeste, tem havido uma maior preocupação dos governos estaduais em identificar e apoiar esses arranjos. A continuidade dessas ações, caso venha a acontecer, deverá, a médio prazo, criar condições para que novas ocorrências despontem no cenário econômico de subespaços regionais hoje esquecidos e/ou desconhecidos.¹⁴

4. Considerações Finais

A economia do Nordeste tem apresentado, conforme visto acima, situações divergentes em termos de dinamismo. Em diversos subespaços o tradicionalismo permanece como a marca predominante, a exemplo do que ocorre na maior parte da região semi-árida, mas também na Zona da Mata, ocupada por atividades tradicionais como a cana-de-açúcar e o cacau. Em tais áreas há traços tradicionais dominados por velhas e rígidas estruturas econômico-sociais: a concentração fundiária e as recorrentes dificuldades climáticas, características do semi-árido, ao lado da

¹⁴ Além das áreas citadas e detalhadas acima, no Nordeste tem havido também um razoável dinamismo provocado pelo turismo, que afeta principalmente as cidades de Fortaleza, Salvador, Natal e Recife. Em vista das especificidades de cada caso e dos efeitos mais variados sobre as atividades produtivas, deixamos de detalhar aqui esse segmento, que merece um trabalho específico.

dominância de culturas tradicionais como a cana-de-açúcar e o cacau, também associadas com elevada concentração fundiária, produtividade relativamente baixa e vulnerabilidade aos movimentos de preços das mesmas, características da Zona da Mata .

Ao tempo em que a manutenção se afirma nessas áreas, movimentos de diferenciação e de dinamismo, caracterizados pela seletividade, também são perceptíveis em algumas outras, o que aprofunda a heterogeneidade, também característica da economia nordestina, o que é, de resto, um traço geral de economias menos desenvolvidas. Note-se a influência do mercado externo e da globalização nesses pólos mais dinâmicos, o que de alguma forma apóia expectativas de alguma fragmentação nos sub-espacos regionais apontadas na literatura, embora em alguns deles já se possa perceber uma certa diversificação e interligação de atividades com outras da própria Região.

O que fica claro das informações reunidas anteriormente é que a realidade nordestina apresenta fortes contrastes, com áreas de dinamismo intenso ao lado de outras estagnadas, não sendo possível generalizar a apreciação muitas vezes difundida de estagnação e atraso à toda a Região. O que cabe ressaltar, então, é a ocorrência de espacos dinâmicos em situações muitas vezes surpreendentes, mas que em geral foram resultantes da ação decisiva e importante do Estado, ao lado de outros fatores mencionados abaixo. Assim, em maior ou menor grau a presença do Estado, nos seus vários níveis, sobressai-se nos chamados pólos de dinamismo mais estruturados, seja da agroindústria, seja de pólos industriais ou até mesmo nos casos de desenvolvimento endógeno, onde o Estado limita-se a não cobrar impostos e/ou o cumprimento das obrigações trabalhistas.

Vale também ressaltar que as regiões dinâmicas apresentam características diferenciadas em termos de enraizamento de atividades, sendo muitas vezes pouco integradas localmente, às vezes verdadeiros enclaves, mas constituem-se em manifestações claras de que há espaco para crescer, mesmo que de forma vulnerável e muitas vezes na dependência do Estado.

Ademais, cabe destacar que o dinamismo de algumas áreas resulta de fatores específicos e potencialidades regionais, como, por exemplo, os que favorecem a agricultura irrigada, havendo aqui ainda atividades não suficientemente expandidas que poderão se afirmar com a criação de condições mínimas para tal.¹⁵ Além disso, a disponibilidade de mão-de-obra a preços menores que nos espacos mais desenvolvidos do país, embora caracterize a chamada competitividade espúria, contribui para atrair investimentos e expandir atividades deslocalizadas de outras regiões.

¹⁵ Entre essas pode-se citar a floricultura, a apicultura etc. A essas juntam-se outras já mais consolidadas, como a carcinicultura.

Finalmente, cabe ressaltar que a globalização e a abertura econômica também influenciam tais diferenciações vez que em várias situações o mercado externo é fonte de dinamismo e ainda atua para deslocalizar atividades, como as de calçados e as têxteis, em busca de menores custos para que as empresas envolvidas possam concorrer com similares importados.

Os casos de dinamismo acima evidenciados mostram, ainda, que é possível ir aos poucos preenchendo pelo menos alguns dos espaços vazios das cadeias produtivas, na medida em que esses focos forem sendo ampliados ou consolidados com a conquista de mercados mais amplos, onde a difusão de inovações tecnológicas e a melhor qualificação da mão-de-obra juntamente com as melhorias de infra-estrutura tornam-se fundamentais para assegurar a competitividade.

Tem-se assim um quadro geral da economia nordestina com aspectos muito diversos, combinando dinamismo e estagnação, onde a manutenção dos espaços dinâmicos exige uma atuação mais ativa do Estado, pois os requisitos acima mencionados, infra-estrutura em especial, dependem fundamentalmente dessas ações, mesmo que em parceria, nos casos cabíveis, com os agentes privados. Não é demais lembrar que essa atuação do Estado precisa se amoldar às diferentes situações encontradas no Nordeste, havendo, pois, necessidade de políticas diferenciadas e dedicadas a cada uma delas, sejam áreas dinâmicas ou estagnadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ablas, Luiz**, 2004, Cadeia Têxtil Confecções, em Política Produtiva para o Nordeste, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, mimeo.
- Araújo, Tânia B.** de, 2000, Nordeste, Nordestes: que Nordeste?, em Araújo, Tânia B. de, Ensaios sobre o Desenvolvimento Brasileiro: Heranças e Urgências. Rio de Janeiro: Revan.
- _____, 1997, Herança de Diferenciação e Futuro de Fragmentação, em Estudos Avançados, No. 29, São Paulo: USP/IPEA.
- Bonelli, R.** 2002, Long term economic and social impacts of the agricultural expansion in Brazil: invisible revolution and social inclusion, em Barbosa, Mariza M. T. (ed.) , Impacts of the agricultural sector technological change on Brazilian economy. Brasília: EMBRAPA.
- Canuto, Otaviano**, 2001, A Nova Dinâmica Regional Brasileira, em Silva, Nilton P. e Lee, Hansen D. (Orgs.), Economia Regional e Outros Ensaios, Aracaju: Editora UFS.
- Diniz, C.C.** e **Crocco, M. A.**, 1995. Reestruturação Produtiva e Novos Distritos Industriais no Brasil: O Novo Mapa da Indústria Brasileira, Anais do II Encontro de Economistas de Língua Portuguesa, IEI/UFRJ, Rio de Janeiro.
- Diniz, C. C.** e **Basques, M. F. D.** , 2004, A Industrialização Nordestina Recente e suas Perspectivas, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.
- Guerra, Osvaldo**, 2004, A Cadeia Petroquímica, em Política Produtiva para o Nordeste, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, mimeo.
- _____, 2004, Cadeia Metal Mecânica, em Política Produtiva para o Nordeste, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, mimeo.
- Jornal do Comércio**, 27/02/2005, Empregos do Pólo de Confecções Atraem Migrantes, Recife.
- Lima, J. P.** 1988. A Abertura Comercial, Rebatimentos Regionais e o Planejamento: O Nordeste em Realce, Análise Econômica, Ano 16, No. 29, mar/88, Porto Alegre.

- Lima, J.P. e Katz, F.** 1997. Comércio Externo e Estratégias de Crescimento: Uma Visão a Partir do Nordeste, Anais do XXV Encontro Nacional de Economia, ANPEC, Recife.
- Lima, J.P. R., e Miranda, E. A.,** Fruticultura Irrigada: os Casos das Regiões de Petrolina-Juazeiro e Norte de Minas Gerais, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2000.
- Moutinho, L. G.,** Vantagens competitivas na fruticultura de exportação brasileira: o cluster em torno do melão de Mossoró-Açu no Rio Grande do Norte, em Targino, I e Leite Filho (Orgs), Nordeste: aspectos da estrutura produtiva e do mercado de trabalho, João Pessoa: Editora Universitária, 2001.
- Pacheco, Carlos A.** 1998, Fragmentação da Nação, Campinas, SP: UNICAMP. IE
- Pedreira, Márcia da S, et al. , s/d,** Cadeias Agroindustriais na Bahia: Avaliação e Perspectivas, em Bahia Século XXI Temas Estratégicos, Salvador: Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia.
- Sampaio, Y. et al.,** 2003, Expansão e perspectivas do agronegócio no Nordeste, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.
- Sudene,** Boletim Conjuntural, Ago/1999, Recife.
_____, Boletim Conjuntural, Ago/2000, Recife.
- Valexport-** Associação dos Produtores Exportadores de Hortigrangeiros e Derivados do Vale do São Francisco, Há 15 anos unindo forças para o desenvolvimento do vale do São Francisco e da fruticultura brasileira, Petrolina, 2004, capturado no site www.valexport.com.br
- Viana, Fernando L. E.** Análise Setorial - Vestuário. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil/Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, 2004. (Versão Preliminar - Circulação Interna)